vinetur

Índia aplica uma taxa efetiva de 162,5% às importações de whisky escocês a granel do Reino Unido

A disputa aduaneira mantém mais de 80 contentores retidos nos portos e compromete uma das principais promessas do acordo comercial entre a Índia e o Reino Unido

quarta-feira, 18 de novembro de 2026



A Índia está a aplicar direitos aduaneiros e impostos que, em conjunto, representam uma taxa efetiva de 162,5% sobre as importações de whisky escocês a granel do Reino Unido, segundo a Reuters. Uma disputa sobre a classificação aduaneira ameaça reduzir um dos principais benefícios prometidos no pacto comercial entre os dois países.

O encargo efetivo é superior à taxa de 150% aplicada antes do acordo, noticiou a Reuters na quarta-feira, 18 de novembro, citando um documento governamental e oito pessoas com conhecimento direto do caso. A alteração é relevante para as empresas de bebidas espirituosas que importam whisky escocês a granel, o lotam na Índia e o vendem num dos maiores mercados mundiais de whisky.

A disputa diz respeito a concentrados de whisky escocês importados a granel, e não automaticamente ao whisky escocês engarrafado, e os intervenientes do setor afirmam que a questão não deve ser alargada a todas as importações de whisky. Ao abrigo do acordo comercial entre a Índia e o Reino Unido, que entrou em vigor a 15 de julho, os direitos aduaneiros sobre o whisky escocês foram reduzidos para 75%. O Reino Unido e o setor tinham apresentado essa redução como uma importante oportunidade para empresas como a Diageo e a Pernod Ricard, que dependem do vasto mercado indiano de bebidas espirituosas.

Segundo a Reuters, os investigadores indianos alegam agora que algumas importações de whisky escocês a granel têm sido declaradas ao abrigo de uma classificação aduaneira incorreta. Defendem que os carregamentos devem ser abrangidos por uma nova posição pautal para «preparações alcoólicas compostas», tratadas como matéria-prima utilizada no fabrico de whiskies blended e produtos semelhantes. Esta posição pautal está sujeita a um direito aduaneiro de 150%. Com a adição de um imposto local sobre o consumo, o encargo total efetivo sobe para 162,5%.

Esta interpretação deu origem à primeira grande disputa pública associada ao pacto comercial. Empresas como a Pernod Ricard, a Diageo e a Bacardi têm mais de 80 contentores retidos nos portos enquanto o caso é analisado, noticiou a Reuters. Os carregamentos em causa incluem milhares de litros de whisky escocês a granel, utilizado no fabrico de produtos para o vasto mercado indiano de gama média, onde o whisky blended é vendido a preços muito inferiores aos das garrafas premium

totalmente importadas, como Chivas Regal ou Johnnie Walker.

A Índia é o maior mercado de whisky escocês em volume e cerca de 80% do whisky escocês importado do Reino Unido chega a granel, segundo a Reuters. Grande parte é utilizada no Indian-Made Foreign Liquor, ou IMFL, uma categoria em que pequenas quantidades de whisky escocês são misturadas com outras bebidas espirituosas. Para os grandes produtores, o acesso ininterrupto ao whisky escocês a granel é importante para manter o abastecimento das fábricas e as prateleiras das lojas abastecidas.

Para obter a libertação das cargas retidas, os importadores têm recorrido a um procedimento provisório enquanto a investigação prossegue. Segundo a Reuters, as empresas têm de pagar antecipadamente direitos aduaneiros equivalentes a 75% do valor das mercadorias, ficando a exposição restante coberta por garantias bancárias. Esta solução permite que os carregamentos avancem, mas também imobiliza fundos e aumenta a pressão sobre o financiamento, sobretudo para as empresas mais pequenas, que poderão ter de apresentar garantias para obter essas garantias bancárias.

O impacto poderá estender-se para além dos grupos multinacionais. A Reuters afirmou que a Radico Khaitan, cotada em Mumbai, a Allied Blenders and Distillers e a Tilaknagar Industries também importam whisky escocês a granel e estão sob escrutínio. Executivos citados pela Reuters afirmaram que, para as empresas sem a capacidade financeira dos maiores produtores mundiais de bebidas espirituosas, a exigência de garantias pode pressionar o fundo de maneio e complicar o planeamento da produção.

A questão comercial voltou também a trazer à tona uma preocupação recorrente entre os investidores estrangeiros na Índia: disputas aduaneiras e fiscais capazes de alterar o custo de fazer negócios depois de os planos comerciais já estarem definidos. As autoridades indianas têm afirmado há muito que estão a aplicar a legislação nacional. As empresas, porém, argumentam que as decisões de classificação podem ser difíceis de prever e alterar significativamente a viabilidade económica de um negócio de importação.

O conflito é particularmente sensível porque os direitos aduaneiros sobre o whisky foram um dos pontos mais difíceis das negociações que conduziram ao acordo de 15 de julho. Os responsáveis britânicos têm descrito repetidamente o whisky escocês como um dos produtos emblemáticos que deverão beneficiar do pacto. A Scotch Whisky Association afirmou que o acordo poderá aumentar as exportações para a Índia em 1,34 mil milhões de dólares ao longo de cinco anos.

O Reino Unido tem pressionado a Índia para resolver a questão. Numa declaração à Reuters, um porta-voz do Governo britânico afirmou que os ministros estavam a trabalhar urgentemente com Nova Deli para garantir que as empresas britânicas pudessem exportar ao abrigo das taxas aduaneiras acordadas no pacto comercial. A Índia também deu a entender que a disputa será resolvida, embora a Reuters tenha noticiado que o Ministério das Finanças e a autoridade tributária não responderam aos pedidos de comentário sobre a taxa efetiva de 162,5%.

A divergência já teve consequências financeiras. Segundo a Reuters, as ações da Diageo em Londres caíram 1,5% e as da Pernod Ricard em França recuaram 1,25% após a publicação da notícia sobre a disputa aduaneira. A Índia é o maior mercado da Pernod Ricard em volume, e a Pernod e a Diageo são importantes operadores no setor das bebidas espirituosas do país.

Para as empresas envolvidas, a questão imediata tem menos a ver com a linguagem jurídica do que com o abastecimento e os custos. Vários executivos disseram à Reuters que tinham reduzido os preços de alguns produtos à base de whisky escocês depois de o pacto comercial ter baixado os direitos aduaneiros para 75%, mas acabaram por enfrentar um encargo de importação muito superior quando foi aplicada a nova interpretação da classificação. Os intervenientes do setor disseram também à Reuters que esperavam que houvesse debate sobre o tratamento aduaneiro, mas não o imposto local adicional que eleva o encargo efetivo acima do nível em vigor antes do acordo comercial.

A Diageo recusou comentar à Reuters. A Pernod Ricard e a Bacardi não responderam às perguntas da agência. Enquanto o caso avança pelos canais aduaneiros e governamentais, os importadores tentam manter os carregamentos em circulação e contestam uma interpretação pautal que, segundo afirmam, compromete o valor

comercial do acordo para o whisky escocês a granel.